

## **Interseccionalidade no jornalismo: potencialidades do jornalismo com perspectiva de gênero <sup>1</sup>**

Letícia de Faria Ávila SANTOS<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC

### **RESUMO**

A proposta do presente artigo é debater e situar o jornalismo com perspectiva de gênero a partir das práticas jornalísticas que, tantas vezes, relacionam-se ao ativismo feminista para produzir um conteúdo de mobilização social, marcado dentro do conceito midialivrista e desenvolvimento nas lógicas dos diálogos em rede dos diversos, coletivos e difusos movimentos feministas. Neste sentido, o jornalismo com perspectiva de gênero surge como um jornalismo de possibilidades, que pode abordar temáticas relacionadas às questões de gênero para dentro da prática jornalística.

**PALAVRAS-CHAVE:** gênero; jornalismo; midialivrista; interseccionalidade.

### **Introdução**

A partir da ideia inicial de considerar o jornalismo como construção (RUELLAN, 2017), o jornalismo com perspectiva de gênero pode ser entendido como aquele que pauta desigualdades de poder vinculadas aos papéis de gênero, permeado na transversalidade e com uma própria ótica de cobertura jornalística. Considero as produções do livro “Sin nosotras se les acaba la fiesta!”, de 16 autoras que debatem gênero na América Latina para alcançar tal conceituação.

Omar Rincón (2009, p. 7, tradução nossa) descreve-o na obra como uma filosofia, “uma opção política para revelar a posição de desigualdade e subordinação das mulheres em relação aos homens”.

Produções com perspectiva de gênero se difundem mais amplamente na internet ao encontrarem espaço para trocar informações como também para

---

1 Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Interseccionalidades, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e-mail: [le.lele.avilla@hotmail.com](mailto:le.lele.avilla@hotmail.com).

---

construir debates sobre desigualdades de gênero e pautas sobre corpo, saúde, moradia, sexualidade e direitos humanos (HOLLANDA; COSTA, 2018).

Com a fragmentação das redações e as mudanças no jornalismo (DEUZE; WITSCHGE, 2016), jornalistas começaram a buscar novas opções de fazer jornalismo fora das redações tradicionais para defenderem um jornalismo ativista e que se posiciona diante das perspectivas interseccionais (FIGARO, 2018a; COSTA; 2018). Em meio ao cenário dos novos arranjos digitais e de um jornalismo de possibilidades, as práticas jornalísticas voltadas para a temática de gênero encontram respaldo nas redes.

### **Epistemologias feministas: a necessidade do olhar interseccional para as questões de gênero**

Por mais tempo que se pode contar, produções e conhecimentos situados em lugares subalternos foram considerados senso comum e fora da validação da produção científica, e portanto, descartados. Foi necessário centralizar novas epistemologias para pensar e inserir viéses – não novos, mas ignorados – dentro do tão tradicional campus científico.

Em igual sentido, nenhuma produção científica é isenta – ela pode excluir e silenciar determinadas questões sociais e políticas e também evidenciar outras. Quando questionamos as teorias ditas como legítimas e universais, relacionadas ao conhecimento e à filosofia da ciência, deparamo-nos com como conhecimentos vêm sendo produzidos a partir de um interesse dominante (SATTLER, 2022).

Ao mesmo tempo em que determinadas produções foram menosprezadas dependendo do seu ponto de partida, produções consideradas científicas muitas vezes estiveram relacionadas a um ideal de generalidade e neutralidade contextual, “situada e informada pelo status do sujeito epistêmico – um sujeito masculino, branco e heterossexual, em geral americano ou europeu, em detrimento de todos os outros” (SATTLER, 2022, p. 2).

Partindo do ponto contrário, o conceito de decolonialidade surge na produção de conhecimento incentivado pelas teorias pós-coloniais, que investem nessa trajetória de estudos literários e culturais na crítica da modernidade eurocentrada (ROSEVICS, 2014), partindo do uso de epistemologias e autores que

---

rompessem com o conhecimento geocentrado, buscando emancipação sobre o diálogo político, econômico e cultural dos povos de saberes deslegitimados.

Falar de tais saberes deslegitimados e, portanto, subalternos, é perceber outras gramáticas e epistemologias, “outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as ‘verdadeiras’ e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas” (PELUCIO, 2012, p. 399). A subalternidade, portanto, ergue-se pela necessidade de pluralização de conhecimentos e versões acerca das histórias e das identidades do mundo.

A validação e superioridade da cultura branca eurocêntrica, neste sentido, perpetua o apagamento de tudo o que não se encaixa nesse padrão. Gonzalez (2011) exemplifica o mito da superioridade branca e da deslegitimação das culturas subalternizadas a partir do racismo latino-americano:

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova a sua eficácia e os efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos, o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue” como se diz no Brasil), é internalizado com a conseqüente negação da própria raça e da própria cultura (GONZALEZ, 2011, p. 15).

A partir das teorias sociais dos anos 1980, incluindo a teoria *queer*, foi possível adentrar melhor nas questões de gênero, reconhecendo-as como não universais e necessárias de serem revistas a partir de suas considerações interseccionais e plurais, com uma “compreensão mais porosa de sexo e gênero e de suas múltiplas determinações sociais, políticas e linguísticas incessantemente cambiantes” (SATTLER, 2022, p. 16).

As próprias teorias feministas apresentaram tensões e divergências acerca de enquadramentos imbricados em uma ótica eurocentrada, que inferiorizava mulheres de países subalternizados, como os latino-americanos, asiáticos e africanos, em “uma perspectiva vitimizadora, essencializadora e até mesmo salvacionista na maneira como o feminismo produzido nos países tidos como centrais pensavam essas alteridades” (PELUCIO, 2012, p. 407).

---

Tais teorias feministas tendiam ao “discurso único” ao categorizar mulheres a partir das mesmas variantes opressoras, ignorando diferentes localidades sociais e produzindo conhecimentos por uma única ótica, invisibilizando quaisquer outras (PELUCIO, 2012).

Gonzalez (2011) utiliza o conceito laciano de infante para problematizar e expor a ausência das questões raciais nas perspectivas feministas. Infante é o indivíduo excluído, ignorado e infantilizado, que não pode falar por si; e “da mesma forma, nós mulheres e não-brancas, fomos ‘faladas’, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza” (GONZALEZ, 2011, p. 14).

Como Ribeiro (2018) pondera, determinados grupos são subalternizados e tem seus discursos silenciados em suas produções intelectuais, saberes, vozes e espaços sociais, em uma perspectiva de feminismo branco que consolida a universalização da categoria mulher e dos reducionismos e rejeita sujeitos que não se encaixem nesses padrões pressupostos.

Por isso, movimentos feministas e antirracistas podem contribuir paradoxalmente à marginalização da violência contra mulheres não-brancas, pelo fracasso do movimento feminista em entender a raça e pelo fracasso do antirracismo em entender o patriarcado (CRENSHAW, 1993).

Diferentes pesquisas em gênero desenvolveram-se a partir de vivências e pesquisas subalternas pela visibilidade identitária, compreendendo os contextos de raça, gênero, sexualidade, classe e nacionalidade.

A teoria interseccional articula tais categorias em relação à “diferença, em sentido amplo para dar cabida as interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos” (PISCITELLI, 2008, p. 265). Porém, é necessário não apenas reconhecer as diferenças e as diversidades identitárias, mas avançar no enfrentamento das opressões estruturais (CARRERA 2021).

Para entender o conceito de interseccionalidade, Carrera (2021) reflete sobre a necessidade de questionarmos outros caminhos metodológicos, como o da consubstancialidade.

A consubstancialidade entende os intercruzamentos sociais não como categorias, mas dentro das relações sociais, sem adentrar em questões como nacionalidade ou religião. Compreendem também que a análise interseccional

---

“coloca em jogo, em geral, mais o par gênero-raça, deixando a dimensão classe social em um plano menos visível” (HIRATA, 2014, p. 65).

Carrera (2021), porém, reforça que:

Enquanto a primeira noção nasce sob a lógica marxista das relações de produção, compreendendo a raça como mais um lugar de disputa material e ideológica dentro das estruturas de classe, o conceito de interseccionalidade emerge como fundamento metodológico para dar visibilidade às opressões vividas por mulheres negras (CARRERA, 2021, p.4).

Nesse sentido, se “raça é a maneira como a classe é vivida”, parafraseando Angela Davis, é preciso compreender que não há uma hierarquia de opressões, mas sim múltiplos sistemas de poder.

Por isso, “se a experiência interseccional é maior que a soma do racismo e do sexismo, qualquer análise que não leve em conta a interseccionalidade não pode abordar suficientemente a maneira particular à qual as mulheres negras estão subordinadas” (CRENSHAW, 1989, p. 140).

As epistemologias feministas, entendendo as pluralidades dos sujeitos situados, surgem para confrontar que não basta apenas a participação feminina no fazer epistemológico, como também torna-se necessária a produção de ciência a partir de seu viés de gênero.

Como toda teoria passível de configurações e reconfigurações, Sattler (2022) reforça o caráter mutável da epistemologia feminista, pois as próprias transições entre tradições e possíveis alternativas metodológicas reforçam a teoria como um campo de investigação em contínua construção.

O conceito da epistemologia feminista desenvolve-se a partir do questionamento das bases científicas e de seus conceitos de neutralidade e imparcialidade, pois elas mesmo são sujeitas à interesses e à revisão. “A postura pós-modernista insiste não apenas em negar o critério objetivista do conhecimento, como também a fixidez própria do relativismo sobre uma dada cultura ou uma dada identidade de gênero e raça” (SATTLE, 2022, p. 17).

A epistemologia feminista concentra-se em adequar categorias analíticas que até então eram ausentes das considerações epistemológicas, como questões de gênero, corpo e sujeito situado.

O projeto da epistemologia feminista começa, assim, a partir do diagnóstico de uma tradição hegemônica masculina, pela revisão

---

crítica dos conceitos de ‘conhecimento’, ‘sujeito cognoscente’, ‘objetividade’, ‘racionalidade’, ‘justificação’, ‘metodologia científica’, ‘generalidade’, ‘universalização’, como sendo conceitos falhos e tendenciosos, em vista de uma sua reconstrução normativa, prática e ideológica que reconheça, explique e endosse a parcialidade e a contextualidade dos nossos processos de conhecimento. Algumas das questões são, portanto, velhas questões epistemológicas remodeladas e renovadas pela perspectiva de gênero – como o deveriam ser também pela perspectiva de classe, de raça, de pertença cultural e geográfica (SATTLER, 2022, p. 6).

Faz-se necessário entender os pontos de partida não apenas relacionados às questões de gênero, mas às muitas variáveis pelas quais o sujeito se situa e está situado, como culturais, linguísticas, políticas, sexuais, étnicas, interacionais, contextuais, históricas e emocionais.

Ou seja, compreender seus intercruzamentos sem generalizá-los, mediante suas perspectivas próprias. Construir narrativas a partir de sua própria história: a partir da perspectiva interseccional, os movimentos sociais lutam por questões invisibilizadas ao longo da história.

A partir dessas perspectivas interseccionais e também da segmentação de feminismos, podemos entender a necessidade não apenas da construção de um diálogo pluralizado, mas também de um espaço em que isso seja compartilhado e alcance o maior número de pessoas possíveis, como as redes.

Para o jornalismo, as perspectivas interseccionais são fundamentais para a produção de narrativas que incluam e visibilizem as variadas identidades e que contribuam para uma sociedade menos racista, xenofóbica, machista, homofóbica e transfóbica.

### **Jornalismo com perspectiva de gênero: o feminismo incorporado nas práticas jornalísticas**

O campo comunicacional permeia interesses democráticos, lutas de poder e perpassa desigualdades em diferentes sentidos. As redes inserem-se nas vidas cotidianas como espaços de disputas sociais. São, portanto, formas de conexões e interações sociais como parte do fluxo vivo de conexões entre as pessoas, sendo a própria sociedade uma rede (CASTELLS, 2013; UGARTE, 2008).

Vinculada aos movimentos de democratização da informação, a internet popularizou-se nos anos 1990. As redes proporcionaram um canal alternativo de

---

comunicação com produções que não dependiam de organizações estatais ou privadas como mediadoras, atuando como resistência aos discursos hegemônicos (DOWNING, 2002).

Como expõem Bentes (2015) e Lemos (2009), ao adentrarem a internet, os movimentos sociais articularam-se em coletivos, portais, fóruns, grupos e páginas motivados em lutas locais, regionais, internacionais ou transnacionais para visibilizarem discursos mais plurais e democráticos.

As reconfigurações das lutas dos movimentos sociais em rede materializaram-se baseadas na capacidade de estruturação e manifestação dos ambientes virtuais, com diferentes causas e localidades, mas em comum a mobilização situada na comunicação a partir das tecnologias (CASTELLS, 2011). “Os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais” (GOHN, 2011, p. 337).

A cultura de convergência, termo cunhado por Jenkins (2009), mostra-nos que cada vez mais o processo de produção de conteúdo em rede é fragmentado, difuso e coletivo.

A democratização da informação ganha sentido a partir das pluralidades de narrativas (MALINI; ANTOUN, 2013). A possibilidade de criar e difundir conteúdos contra-hegemônicos - sem a necessidade de antes ser pautada pela agenda dos meios de comunicação tradicionais - aproveita as dinâmicas das ferramentas em rede para a circulação da informação (TÁSCON, QUINTANA, 2012).

O campo jornalístico também passou por mudanças, entremeadas não apenas na popularização da internet e com os novos arranjos de trabalho como também nas transformações do fazer jornalístico.

Como explicitam Deuze e Witschge (2021), se até pouco tempo atrás a prática jornalística era realizada dentro de uma instituição formal, com cargos hierárquicos de uma redação e cada pessoa cumprindo seu papel específico em uma espécie de produção fordista do jornalismo, altamente estruturada; hoje, “a experiência vivida por jornalistas profissionais é muito mais precária, fragmentada e em rede” (DEUZE; WITSCHGE, 2021, p. 8).

---

Para que o jornalismo se adapte, seus praticantes foram empurrados para desenvolver novas táticas, novas estruturas organizacionais e uma nova autoconcepção – enquanto ainda persistem velhas estruturas, rotinas e definições (de valores-notícia) (DEUZE; WITSCHGE, 2021, p. 8).

Porém, no sentido dos novos arranjos de trabalho, as causas sociais encontraram o jornalismo que começou a ser realizado a partir das redes. Jornalistas que saíram de redações tradicionais viram na internet a possibilidade de começarem diferentes tipos de conteúdos e de fazeres da profissão.

Deuze e Witschge (2021) destacam, como novas tendências das práticas jornalísticas, a reorganização dos ambientes de trabalho, a fragmentação das redações e a ubiquidade das tecnologias midiáticas, proporcionando um jornalismo mais individual do que institucional e uma necessidade de reconfigurar o conceito do campo jornalístico.

Estes produtores das novas mídias atuam a partir de especificidades, buscando possibilidades e tecnologias mais flexíveis. Buscam a produção de conteúdos críticos e de cunho social apesar das dificuldades mercadológicas (FIGARO, 2018b). “Esses profissionais são movidos pela necessidade e pelo sonho de fazer um bom trabalho jornalístico” (FIGARO, 2018b, p. 28).

O mercado de trabalho jornalístico se renova no jornalismo digital, como considera Figaro (2018b, p. 28):

A perspectiva do emprego para os jornalistas em empresas tradicionais vai se esvaindo. Por outro lado, o ferramental tecnológico mais leve, móvel e barato permite ensaios sonhadores desses demitidos e de novos profissionais jornalistas que chegam ao mercado de trabalho. Além da necessidade concreta de viabilizar o próprio trabalho, o jornalista sonha em poder trabalhar sem as injunções da voz do patrão e das imposições do mercado publicitário. Para isso, recorre à possibilidade de construir novos meios de comunicação jornalísticos (LIMA, 2015). Sites e blogs aparecem como possibilidade de produção de um jornalismo independente e alternativo.

A variabilidade de veículos de comunicação é amplificada e encontra espaço nas redes, em uma lógica midiática que observo como engajada, coletiva e mobilizadora. Presente tanto nas redes quanto nas ruas: o midialivrismo como modelo de jornalismo independente voltado para a mobilização social (MALINI; ANTOUN, 2013).

A mídia enquanto movimento social enquadra-se no ideal do midialivrismo (MAZZARINO; MIGUEL, 2016), e encontra, na internet, um lugar



---

para produção de conteúdos sobre representatividade, feminismo, machismo, homofobia, relações de gênero e de direitos humanos.

O conceito de midialivrismo não é uma estratégia nova, apresentando-se como um ativismo midiático que propõe e difunde conteúdos de contrainformação até então não explorados por veículos hegemônicos de maneira mais complexa e imersiva nas rotinas de redação.

Porém, os fazeres jornalísticos embarcam em perspectivas pluralizadas na busca pela democratização da informação, fenômeno não só expandido como reconfigurado pelas interações e potencialidades dos ambientes em rede (MALINI; ANTOUN, 2013).

A descentralização das redes permitiu maior autonomia aos movimentos sociais e à mídia livre, mas também fez diferença para as próprias pautas de veículos hegemônicos. “Recentemente, as mídias tradicionais têm abarcado com mais frequência temas minoritários, como diversidade e injustiças a gênero, sexualidade e padrões de beleza. Essa virada certamente é fruto da pressão das redes” (HOLLANDA; COSTA, 2018, p. 55).

Em suma, é importante ressaltar o encontro dos ativismos e das mobilizações em rede para dentro dos novos jornalismo na internet. Jornalistas que, não apenas jornalistas como também parte dos movimentos feministas, começaram a trazer para dentro de suas pautas da redação as próprias vivências, dores, personagens e situações que lhes incomodavam no dia a dia.

O jornalismo com perspectiva de gênero surge não apenas na construção de histórias, matérias e reportagens sobre personagens e narrativas externas, mas da própria motivação social da jornalista para produzir conteúdos que não encontraram respaldo na mídia hegemônica (SANTOS, 2020).

Tal jornalismo é utilizado para denunciar modos instaurados de discriminação de gênero, mostrando como homens e mulheres, como pessoas cis e trans, como mulheres brancas e não-brancas são afetados diferentemente numa mesma realidade. “Quando a perspectiva de gênero se põe na prática do jornalismo, aparecem outros modos de contar, outros encantos para a realidade, outros pontos de vista para compreender a vida” (RINCÓN, 2009, p.7, tradução nossa).

---

Os novos arranjos de trabalho jornalístico, voltados para iniciativas de mídias que produzam jornalismo com perspectiva de gênero, inserem as temáticas de feminismo e gênero a partir de novas linguagens, em um relacionamento mais próximo, colaborativo, participativo e empático (FIGARO, 2018a).

A presença de mulheres tem se revelado majoritária nos novos arranjos de trabalho no jornalismo, relacionado às mídias digitais e novos modelos de negócios. “São grupos de profissionais, experientes, iniciantes e voluntárias que se unem para formar uma organização para o trabalho jornalístico” (FIGARO, 2018a, p. 584).

Sobre a produção de jornalismo, Figaro (2018a) aponta que em grande parte do mundo, este perfil profissional é feminino e jovem. “Elas trabalham em diferentes tipos de veículos de mídia, com linguagens e tecnologias analógicas, digitais ou híbridas” (FIGARO, 2018a, p. 578).

De acordo com Figaro (2018a), não apenas tais produções vêm sendo lideradas por mulheres, como também estão incluindo as temáticas de gênero em diferentes editoriais da cobertura jornalística; resultando em mais mídias segmentadas a partir de uma abordagem feminista.

A pesquisa “As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia”, desenvolvida pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, entre os anos 2016 e 2018, documenta os novos arranjos do trabalho dos jornalistas fora das grandes redações de comunicação. Com o recorte nucleado em São Paulo, a pesquisa identificou cerca de 70 produções na região.

Destes, 25 autodeclarados como jornalistas, iniciativas jornalísticas com marcadores jornalísticos + independentes/alternativos. Apenas dois foram identificados como subgrupo de jornalismo com perspectiva de gênero: Gênero e Número e a Revista AzMina. Porém, dos grupos apresentando pelo menos um critério jornalístico e também alternativos/ independentes, foram relatados mais cinco produções: Geledés, Revista Capitolina, Think Olga, Nós Mulheres da Periferia e Ovelha Mag, com conteúdos voltados para questões femininas, negras e jovens (FIGARO, 2018b).

---

Tais iniciativas são o ponto de partida para evidenciar a internet como possibilidade alternativa de diálogo e luta dos movimentos feministas, e principalmente, para a própria causa social do jornalismo midiavivista voltado para as questões de gênero.

O jornalismo com perspectiva de gênero surge como um “jornalismo de possibilidade”, por evidenciar as buscas pela descolonização da informação, permitindo uma maior diversidade cultural e linguística (MATTELART, 2006), inclusive pela busca da igualdade de gênero dentro das redações.

Neste sentido, iniciativas de jornalismo que discutam questões de gênero podem ser pontos de partida para discursos mais inclusivos e que promovam as multiplicidades identitárias, pois uma visão crítica da produção jornalística contribui para a superação das assimetrias de gênero (COSTA, 2018).

### **Considerações finais**

A construção de um jornalismo interseccional é fundamental para olharmos para as representações e construções culturais de sujeitos pelas produções jornalísticas, e de que forma esse jornalismo vem pautando a sociedade.

O espaço midiático é um ambiente de disputa de experiências, que permite que sujeitos subalternizados reivindiquem o domínio de suas próprias narrativas, desconstruindo valores estereotipados e negativos sobre si próprios (CARRERA, 2021). Construir suas próprias histórias e expressar interseccionalidades para dentro do jornalismo é uma forma de produção da multiplicidade de diálogos, histórias e identidades.

O jornalismo, ao trazer a perspectiva de gênero para as narrativas que compõe, incorpora tanto o ativismo feminista dos coletivos e das redes quanto insere os múltiplos feminismos para dentro das técnicas jornalísticas, com apuração, pesquisa, investigação, entrevista e a presença inclusive de um jornalismo mais literário.

Com a expansão dos movimentos sociais e das novas linguagens em rede, o jornalismo também se reinventou e encontrou um novo caminho para além dos modos tradicionais de se fazer jornalismo, produzindo conteúdo midiavivista na internet.

---

Entendo que o jornalismo com perspectiva de gênero ainda têm seus problemas tanto quanto os novos processos do jornalismo destacados por Deuze e Witschge (2021), com uma experiência mais individualizada, precária e fragmentada, mas reconheço-o como um jornalismo de possibilidade, que vem se expandindo e se reconfigurando a partir dos novos modelos de negócios jornalísticos.

É um jornalismo que advém como possibilidade de existir fora dos moldes das redações tradicionais, e levando a mesma veracidade e o mesmo comprometimento do jornalismo hegemônico. “A par de toda a dificuldade de sustentação, verifica-se o vigor e o compromisso desses(as) profissionais em realizar seu trabalho” (FIGARO, 2018a, p. 585).

Não podemos mais pensar em um mundo sem a internet, e com a presença desta impactando diariamente nossa vida cotidiana. A internet configura-se hoje um espaço a ser conquistado tanto pelo movimento feminista, a partir dos fóruns, redes sociais, organizações e coletivos, quanto pela própria imprensa feminista, que articula-se para produzir material que alcance não só os públicos feministas, como também a sociedade como um todo, inclusive a mais conservadora. O objetivo é difícil, mas o fazer jornalístico com perspectiva de gênero vem de encontro com mais diálogo nas pluralidades da internet em meio a sua coletividade difusa e caótica.

Em tempos de bolhas e de pós-verdade, a criação do diálogo e da escuta ativa faz-se tão necessária quanto nunca, para que não possamos perder nossos direitos humanos em meio à desvalorização das instituições democráticas e das perseguições das identidades subalternizadas.

Ao trazer as temáticas feministas para dentro do jornalismo, tais produções e jornalistas buscam transformações que objetivem a igualdade de gênero para as rotinas sociais, deslocando saberes hegemônicos e evidenciando outras perspectivas.

## REFERÊNCIAS

BENTES, Ivana. **Mídia-multidão**: estéticas da comunicação e biopolíticas. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

---

CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional: Proposta Metodológica para análises em Comunicação. **Revista Ecompós**, v. 24, jan-dez, 2021.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CRENSHAW, Kimberle. **Mapeando as margens**: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. 1993. Tradução de Carol Correia.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo feminista: Estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo**. 2018. Mestrado (Programa de Pós- Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. O que o jornalismo está se tornando. **Parágrafo**. v. 4, n. 2, jul\_ dez, 2016. p. 7-21.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. Tradução Silvana Vieira. São Paulo: Editora Senac, 2002.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional. In: **Brazilian Journalism Research**, ago, v. 14, p. 570-591, 2018a.

\_\_\_\_\_ Roseli. **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA-USP, 2018b.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. v. 16, n. 47. maio-ago, 333-362, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n. 1, p. 12-20, 2011. Disponível em:  
<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod\\_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf)> Acesso em: 07 mar. 2022.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2 ed. São Paulo: Editora Aleph, 2009.  
LE MOS, Marina Gazire. **Ciberfeminismo**: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Programa de Pós- Graduação em Comunicação, São Paulo, 2009.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MAZZARINO, Jane; MIGUEL, Katarini G. Mdiativismo em processos de comunicação ambiental engendrados por organizações ambientalistas: discussões e proposições. **Contracampo**, Niterói, v. 36, n. 02, 114-132, ago/nov, 2017.

---

MATTELART, Armand. Para que “nova ordem mundial da informação?” In: MORAES, Denis de (Orgs). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2006.

PELUCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez, 395-418, 2012.

ROSEVICS, Larissa. Do pós-colonial à decolonialidade. 2014. In: CARVALHO, Glauber. ROSEVICS, Larissa. **Diálogos Internacionais: Reflexões Críticas do Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Perse, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

RÍNCON, Omar. “La narrativa en perspectiva de género”. In: SANTORO, Sonia (Org.). **Sin nosotras, se les acaba la fiesta: América Latina en perspectiva de género**. Bogotá: Centro de Competencia em Comunicación para América Latina, 2009. p.5-10.

RUELLAN, Denis. **Um ser profissional ou como percebê-lo**. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. 2017.

SANTOS, Letícia de Faria Ávila. **Midialivrisimo e feminismos: análise do jornalismo com perspectiva de gênero da Revista AzMina**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2020.

SATTLER, Janyne. Epistemologia Feminista. In: BORGES, Maria de Lourdes; CASTRO, Susana de; TIBURI, Márcia. **Filosofia Feminista**. Editora do SENAC, 2022.

TÁSCON, Mario; QUINTANA, Yolanda. **Ciberactivismo: las nuevas revoluciones de las multitudes conectadas**. Catarata, 2012.

UGARTE, David de. **El poder de las redes: manual ilustrado para personas, colectivos y empresas abocados al ciberactivismo**. Edipucrs, 2008.